

A práxis do psicólogo nos equipamentos de acolhimento institucional: desafios e possibilidades

The praxis of psychologists in institutional shelters for children and adolescents: challenges and possibilities

Lucia Helen Vicente Barbi¹, Sílvia Maria Melo Gonçalves²

Como citar esse artigo. BARBI, L. H. V. GONÇALVES, S. M. M. A práxis do psicólogo nos equipamentos de acolhimento institucional: desafios e possibilidades. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 13, n. 3, p. 36-45, set./dez. 2022.



Resumo

O presente trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa e exploratória que objetivou identificar as práticas dos psicólogos em entidades de acolhimento do tipo “Abrigo Institucional”, avaliar os limites para suas intervenções e analisar os principais desafios a serem enfrentados na prática institucional. Para isso, o método de pesquisa consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas com duas psicólogas atuantes em abrigos institucionais de municípios da Baixada Fluminense, que foram analisadas sob a ótica da Psicologia Social Comunitária. Observou-se que a prática psi nessas instituições é voltada para o fortalecimento identitário dos indivíduos acolhidos através da promoção de atividades lúdicas, conversas em grupo e individuais. Os principais desafios para a atuação profissional, advêm dos impasses para se estabelecer a intersectorialidade, entre os mecanismos da rede de Assistência Social dos municípios e os limites para sua atuação, residem na dificuldade em ter a especificidade de sua profissão reconhecida por membros do judiciário e da própria equipe em que atuam. Ademais, a ausência de um referencial teórico específico para as práticas dos psicólogos nos serviços de acolhimento institucional impossibilita a padronização do atendimento, conforme preconizado no Sistema Único de Assistência Social. Os resultados obtidos apontam que, mesmo com a ausência de referencial, a atuação dos psicólogos nesse contexto visa a mudança social através da conscientização dos indivíduos acolhidos sobre o lugar que ocupam na sociedade.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Psicologia Social; Assistência Social.

Abstract

This paper consists of a qualitative-exploratory research that aimed to identify the practices of psychologists in the “Institutional Shelter” category, evaluate the limits for their interventions and analyze the main challenges to be faced in institutional practice. For this, the research method consisted of a semi-structured interview with two psychologists working in institutional shelters from the Baixada Fluminense counties, which were analyzed through the Community Psychology views. It was observed that the practices in these institutions are aimed at the strengthening of identity of the sheltered individuals through the promotion of ludic activities and group and individual talk. The main challenges for the professional acting come from the deadlocks regarding the establishment of intersectionality through the network mechanisms of Social Welfare in the counties, and the limits for their acting are related to the difficulty in having the specificity of their profession recognized by members of the judiciary and their own working team. Besides, the lack of specific theoretical references in institutional shelter services makes it impossible to standardize the practice, as it is preconized in the Single System of Social Assistance. The obtained results show that, even with the lack of references, the acting of psychologists in this context aims the social change through awareness of sheltered individuals about the place they occupy in society.

Keywords: Institutional Sheltering; Social Psychology; Social Welfare.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Introdução

Apesar das inúmeras possibilidades de atuação do profissional de Psicologia e de seus respectivos desafios, as áreas de atuação que excluem a tríade clínica-escolar-organizacional são, muitas vezes, associadas a profissionais de outras áreas de formação. Isso ocorre, em parte, como consequência da formação histórica da Psicologia no Brasil, que desde seus primórdios apresentava um enfoque direcionado às áreas citadas anteriormente.

Até sua regulamentação, a Psicologia era instrumento de estudos higienistas e, após sua regulamentação, permaneceu por muitos anos como serviço das elites, principalmente na área clínica, cujo

Afiliação dos autores:

¹Mestranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

²Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

* Email de correspondência: luciahelen1@hotmail.com

Recebido em: 15/08/2022. Aceito em: 21/11/2022.

enfoque voltava-se exclusivamente para os fenômenos mentais e pessoais, excluindo-se a subjetividade dos sujeitos de seu viés social (BOARINI, 2007; RIBEIRO; GUZZO, 2014; YAMAMOTO, 2007).

Segundo Dimenstein (1998), a partir das últimas décadas dos anos 1970, um número considerável de psicólogos começou a atuar no campo de Assistência Pública à Saúde, tendo sido, em parte, estimulados pelas pressões do mercado de trabalho em resposta a uma demanda de atendimento voltada para o público geral. Ferreira Neto (2010) afirma que as práticas assistenciais em Saúde Mental serviram como base para a construção de novas referências clínicas, tendo sido primordial para o rompimento do modelo de atendimento individual e dando espaço para o trabalho em equipe, interfaces interinstitucionais e a aliança com recursos da comunidade.

Apesar das investidas da Psicologia em se relacionar com as causas sociais efetivamente, até 1988 a Assistência Social no Brasil não era considerada um direito dos cidadãos e dever do Estado. Era predominante que as ações e valores de assistência estivessem atrelados ao sentimento de dever moral, religioso ou ainda de viés político e populista. Apenas a partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, é que a Assistência Social assumiu o caráter de Política Pública de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência, sendo ressignificada e afastando-se das antigas noções que a desfiguravam (PEREIRA, 2007).

A partir de então, foram sendo implementadas diretrizes de atuação em Assistência Social através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), que revalidaram a atuação da Psicologia e obrigatoriedade da inserção de psicólogos nessa área, o que já ocorria em comunidades, instituições de acolhimento, dentre outros (CFP, 2012; CORDEIRO, 2018).

Os serviços de acolhimento institucional fazem parte dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE/AC), uma das estruturas de intervenção do SUAS para os casos onde existem violações de direitos. O papel do psicólogo inserido na Assistência Social é o de buscar o fortalecimento dos usuários do serviço como sujeitos de direitos e o de fortalecimento das políticas públicas (CFP, 2007). Contudo, voltando-se especificamente para a atuação nos serviços de acolhimento institucional, percebe-se a escassez de materiais de referência que direcionem a prática profissional nestas instituições. Sawaia (2009) discorre sobre esse fato alegando que, sem o devido referencial teórico, o psicólogo tende a encontrar dificuldades para direcionar os sujeitos a práticas emancipadoras, acabando por abandoná-los em sua singularidade voltando-se exclusivamente à análise e atuação nas determinações sociais.

Silva (2009) pontua que a atuação profissional da Psicologia nos serviços de acolhimento institucional ainda é um campo pouco explorado, apesar de sua amplitude. Muito se fala a respeito dos objetivos e funcionamento destas instituições, mas não são aprofundados os estudos no que tange ao fazer psi e como pode ser norteada essa prática. Em parte, isso se deve à própria formação profissional que tende a enfatizar a formação clínica, em detrimento de outras vertentes da Psicologia. Isso ocasiona o despreparo desses novos psicólogos que tendem a enfrentar dificuldades nesse campo de atuação, o que somado à ausência de referenciais teóricos, acaba por promover práticas não-unificadas que vão de encontro a universalização do serviço (SILVA, 2009).

Consideramos a Psicologia Social Comunitária (PSC) como referencial teórico para a análise das práticas realizadas, por entendermos que as entidades de acolhimento institucional podem se apresentar como campos disponíveis para práticas, como a ressignificação da identidade dos sujeitos e a modificação de estruturas locais de estigmatização e segregação, por exemplo.

O serviço da psicologia nas entidades de acolhimento

O Manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009) regulamenta a organização e oferta de serviços de acolhimento em adequação ao ECA(Estatuto da Criança e do Adolescente)e demais marcos regulatórios acerca da infância e adolescência.

Dentre os conteúdos apresentados, encontram-se orientações metodológicas e parâmetros de funcionamento dessas instituições.

No entanto, não são compreendidas as atividades relativas aos membros da equipe técnica neste manual, encontrando-se apenas orientações diversas quanto aos critérios de seleção de pessoal e as possíveis articulações com os demais componentes do serviço. As orientações são voltadas para gestores e líderes dessas instituições, cujas premissas devem ser compartilhadas com os demais funcionários.

A composição mínima da equipe de serviços dessa modalidade deve ser de 1 Gestor, 2 profissionais de ensino superior para a Equipe Técnica e 1 cuidador para até 10 usuários, por turno, aumentando-se o contingente sempre que houverem usuários que demandem atenção específica. Relativo à atuação da equipe técnica, que deve impreterivelmente ser formada por pelo menos 1 psicólogo e 1 assistente social, espera-se:

- (a) a elaboração, em conjunto com o coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; (b) acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias; (c) apoio na seleção de cuidadores e demais funcionários; (d) organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; (e) elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios sobre a situação de cada criança e adolescente; (f) preparação da criança/adolescente para o desligamento; (g) e mediação do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva (BRASIL, 2009, p. 65).

Silva *et al.* (2015) entendem que, para que a realização de tais atribuições seja possível, é necessário que o psicólogo e demais técnicos do acolhimento proporcionem a interlocução dos saberes e técnicas através de uma visão multiprofissional e interdisciplinar, para que se possa perceber amplamente o acolhimento institucional em suas peculiaridades. Não obstante, Oliveira (2005) pontua que a sobrecarga de funções, atribuições e atendimentos pode acarretar em uma falta de delimitação e clareza nos papéis de cada profissional, dificultando a construção de uma identidade profissional destes.

Em relação às atribuições individuais em equipes multidisciplinares, Antoni e Koller (2001) destacam que cada profissional deve saber quais são seus papéis e tarefas, contudo, precisam flexibilizar-se ante as diferentes necessidades que surgem no dia-a-dia. A proposta de atuação em equipe multidisciplinar pode enriquecer os profissionais, uma vez que possibilita a discussão de estratégias diversas para a obtenção de resultados eficazes.

Entendendo que o psicólogo atuante na esfera da proteção à infância e à adolescência, em especial nas entidades de acolhimento, alinha suas práticas em consonância com a Psicologia Social e Comunitária, seu trabalho, então, não se resumiria apenas à aplicação de conhecimentos e habilidades repetidos para que se satisfaça a própria necessidade; a proposta de atuação que se estabelece é a busca pela desalienação das pessoas e grupos, ajudando-as a alcançar um saber crítico sobre si mesmas e sobre a realidade à sua volta. O *que fazer* do psicólogo não pode se limitar apenas ao plano do abstrato individual, mas também deve confrontar os fatores sociais onde se materializa a individualidade humana. É necessário adotar práticas conscientizadoras, que não se fixem apenas em uma área de trabalho – mas sim em um novo horizonte para o *que fazer* profissional (MARTÍN-BARÓ, 1997).

Método

Apoiando-se no referencial teórico explorado até então, a presente pesquisa objetivou a investigação das práticas que vêm sendo realizadas por psicólogos nos Serviços de Acolhimento Institucional (SAI) voltados para crianças e adolescentes. Para isso, delimitou-se que o campo de pesquisa seria composto por: (1) Serviços de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional, uma vez que constituem maior parte dos SAI voltados para o público infante-juvenil; (2) municípios da Baixada Fluminense, no Estado

do Rio de Janeiro, devido à escassez de pesquisas que compreendam essa área; (3) SAI na modalidade de Abrigo Institucional que contasse com pelo menos 1 psicólogo integrante da equipe técnica; (4) psicólogos que atuassem ou já tivessem atuado em equipes técnicas dos SAI, nas características mencionadas anteriormente. Devido ao interesse da pesquisa voltar-se para a subjetividade dos participantes, o método qualitativo e exploratório foi escolhido para captação e análise de dados.

O instrumento de pesquisa viabilizado foi a realização de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos participantes. Dessa forma, algumas questões direcionariam o participante, quanto ao que se objetivava investigar, ao mesmo tempo em que possibilitava que o mesmo trouxesse contribuições próprias. O roteiro para a entrevista apresentou 15 questões iniciais aproximadamente, a partir das quais os psicólogos poderiam discorrer livremente.

O projeto de pesquisa foi submetido à análise pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil, em conformidade com os princípios éticos de pesquisa com seres humanos. A pesquisa (e posterior contato) com essas instituições ocorreu através de pesquisa pela internet ao site do MP/RJ, no Módulo Criança e Adolescente, que conta com uma listagem das instituições ativas e seus respectivos números de telefone, endereço e modalidade institucional.

Ao todo, nove municípios da Baixada Fluminense possuíam SAI: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Queimados. Nesse primeiro momento, excluiu-se um dos municípios da pesquisa, pois identificou-se que os únicos SAI ativos eram da modalidade Casa-Lar e Família Acolhedora.

Antes mesmo que a pesquisa pudesse ser desenvolvida na prática, o país e o mundo foram assolados pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), que levou ao fechamento de diversos serviços e à adoção de práticas de distanciamento social, o que impossibilitou que as visitas às instituições pudessem ser feitas pessoalmente. Todos os contatos com as instituições e psicólogos, então, foi feito por telefone com os dados disponíveis no MCA (Módulo Criança e Adolescente).

Ao todo, seis psicólogos aceitaram participar da pesquisa, e após o envio e recebimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Anuência assinados pela autora da pesquisa e pelos responsáveis pela instituição, foram agendadas as entrevistas semiestruturadas por videochamada, através do aplicativo Skype, que permite a gravação das ligações. Contudo, quatro participantes desistiram da pesquisa alegando motivos de saúde próprios ou de familiares, ao passo que restaram apenas duas psicólogas que toparam e concluíram a entrevista.

O quantitativo de participantes não permite identificar, nas práticas listadas pelas mesmas, um padrão que sirva como referencial. Todavia, conforme mencionado anteriormente, a quantidade de participantes não precisa ser volumosa para que suas práticas sejam compreendidas, motivo pelo qual se seguiu a análise dessas práticas à luz da Psicologia Social Comunitária. Após a realização das entrevistas com as duas psicólogas, que tiveram aproximadamente 2:30h de duração cada, as falas foram transcritas ao longo de aproximadamente 15h no total.

Resultados e discussão

A partir do questionamento inicial, ambas as psicólogas entrevistadas informaram terem sido contratadas, em regime temporário, pelas Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios onde atuavam. A escolha de ambas ocorreu por indicação de terceiros, tendo Jéssica* atuado por 5 anos no SAI, inicialmente como psicóloga e posteriormente como coordenadora, e, Isabella¹, por um período de 7 a 8 meses até o final de seu contrato, em dezembro de 2020.

Segundo relatos das duas profissionais, muitas vezes, os psicólogos contratados sequer fazem ideia de onde irão atuar, vinculando-se às Secretarias dos municípios para atuação em um dos equipamentos e, sem que se receba a devida qualificação ou treinamento, são encaminhados para um outro; essa

³Nomes fictícios a fim de preservar a identidade das participantes.

rotatividade de pessoal é ruim tanto para os profissionais quanto para os acolhidos, que acabam perdendo suas referências quando ocorre o desligamento abrupto de um profissional.

Em virtude do não-cumprimento das orientações técnicas referentes aos SAI e demais dispositivos da rede de Assistência Social acerca da seleção e contratação de psicólogos, percebe-se que a fragilidade do vínculo empregatício desses profissionais interfere na qualidade do serviço ofertado aos acolhidos e à instituição como um todo, além de dificultar ações de longo prazo (LISBOA; BARBOSA, 2009; CAGNANI, 2015).

Ausência de capacitação

Uma das maiores dificuldades da prática de psicólogos nos SAI é a ausência ou escassez de capacitação, principalmente para aqueles que não estão familiarizados com a dinâmica deste espaço. Stella e Domingues (2019) reforça que o psicólogo comunitário tem na discussão e no pensamento teórico aliados extremamente importantes, que podem proporcionar uma práxis cuja qualidade de reflexão crítica se reflita na qualidade do atendimento ofertado à população. Dadas as possibilidades de atuação no campo, a realização de capacitação constante direcionaria as práticas dos psicólogos.

As dúvidas sobre a atuação profissional do psicólogo se iniciam no momento em que chegam a esses serviços, sem saber muito bem o que esperar ou o que deve ser feito:

“logo assim que cheguei, a primeira audiência foi muito impactante para mim porque antes disso a gente tem que preparar o PIA - [Plano Individual de Atendimento] né, e eu tinha que preparar baseado em quê? Porque a minha atuação não era clínica ali, né, e eu comecei a ficar muito angustiada, porque qual era o meu papel ali? Então eu fiquei dezembro, janeiro e fevereiro tentando entender, né, e aí eu fui ler aquele livro que a capa é amarela, de orientações técnicas que era dado, né, pela unidade de acolhimento e eu acabei encontrando alguma diretriz ali” (Jéssica)

Precisamos nos voltar, também, para a formação acadêmica dos psicólogos no Brasil para compreendermos melhor as razões pelas quais são observadas tantas incertezas no que se refere a atuação na área de Assistência Social. Lisboa e Barbosa (2009) sustentam que a formação do psicólogo brasileiro é deficitária, em relação à técnica e formação epistemológico-científica.

Pesquisas como a de Silva *et al.* (2015) e de Scott, Oliveira e Siqueira (2017) trazem, de igual modo, a fala de profissionais da Psicologia atuantes na área de acolhimento institucional que corroboram com nossa discussão sobre como uma formação acadêmica limitada pode influenciar no dia a dia profissional. Alguns dos participantes destas pesquisas relataram que a formação acadêmica, isoladamente, não forneceu os subsídios necessários para a atuação prática nas áreas de Assistência Social e Políticas Públicas, sendo necessária a busca por conhecimento técnico de maneira individual.

Scarparo e Guareschi (2007) pontuam que é imprescindível que a formação profissional em Psicologia seja estruturada na prática, na vivência de experiências e no exercício da efetivação de projetos que articulem e transformem as perspectivas do mundo acadêmico e da população em uma produção de saberes autêntica e compartilhada. Mencionam, ainda, a persistência de projetos profissionais voltados para o atendimento no âmbito privado, cuja estrutura ocorre a partir da lógica do consumo; essa lógica sugere o atendimento ao cliente privado, e não compreende o integrante de uma Rede Pública de Atenção Básica, por exemplo.

Indo ao encontro da discussão fomentada por Carvalho e Sampaio (1997), entende-se que apenas as reformas curriculares não seriam suficientes para que houvesse a formação de profissionais generalistas, capazes de exercer todas as atividades descritas em suas diversas áreas de atuação. Não obstante, com o crescente número de psicólogos atuantes na área de Assistência Social, uma formação acadêmica com enfoques distintos daqueles já mencionados anteriormente, com possibilidade de expansão para a área

Social e Comunitária já serviria como base para o ingresso nesses serviços.

O diferencial da atuação do psicólogo reside na possibilidade de intervir nos desejos, singularidades, emoções e afetos; uma práxis transformadora em um processo de mudança social deve buscar a compreensão da realidade em que se atua e o comprometimento com processos que possibilitem a organização do povo com autonomia (PIZZI; GONÇALVES, 2015).

Portanto, mais do que a realização de relatórios e atendimentos robotizados, o psicólogo que atua nas entidades de acolhimento precisa compreender o contexto em que se está inserido e, em seguida, combater estruturas que mantenham os acolhidos em uma “prisão social”. O processo de acolhimento institucional deve permitir que as crianças e adolescentes permaneçam com seus vínculos comunitários de maneira saudável para seu desenvolvimento, devendo o psicólogo promover a identidade social dos indivíduos.

Falta de articulação com demais dispositivos do SUAS

Como integrantes do SUAS, os Serviços de Acolhimento Institucional precisam articular-se com outros dispositivos da rede socioassistencial, baseando-se na incompletude institucional, ou seja, a oferta de atividades cuja competência é de outros serviços não deve ser feita no interior dos SAI. O uso de equipamentos comunitários e da rede local de serviços é direito das crianças e adolescentes acolhidos, que compõe o mecanismo da proteção integral (BRASIL, 2009).

A falta de recursos mínimos para sua atuação pode levar o psicólogo da equipe técnica a tentar solucionar problemas que não são de sua competência, dificultando a realização de um trabalho de qualidade. Além disso, ao tentar resolver questões como estas, acaba sobrecarregando-se de trabalho, tendo que priorizar a resolução de determinadas situações em detrimento de outras práticas no dia a dia (LISBOA; BARBOSA, 2009).

Um dos principais sentidos em se estabelecer uma articulação com a rede de Assistência Social, consiste na desburocratização dos atendimentos. Contudo, isso não é percebido na prática, o que muitas vezes acaba interrompendo o vínculo comunitário dos acolhidos ou lhes ceifando de cuidados básicos, como acesso à saúde, lazer e educação. O psicólogo pode tentar, com os mecanismos que se encontram disponíveis, expor essas situações à outras instâncias quando apenas tão somente a mudança de percepção do acolhido não for suficiente:

“na última audiência concentrada que eu participei, em outubro, eu levantei essas questões e depois eu fiquei até preocupada comigo, né, porque acaba que vira uma situação muito política, muito de politicagem, na verdade... O juiz pergunta o que cada um tá precisando, como é que estão os acompanhamentos, então eu falava, e aí surgiram muitas questões. Porque boa parte deles [os acolhidos] precisava de acompanhamento psicológico e não havia, tinha uma criança que tinha um atraso na fala, assim, muito evidente, e que a gente não conseguia fono... tinha um que precisava de óculos e não tinha, sabes e isso acabava me gerando algumas questões, algumas discussões eu acabei tendo que entrar com dispositivos de saúde” (Isabella)

As falas apresentadas pelas psicólogas ilustram a dificuldade em tentar estabelecer práticas, em um campo onde “se nada contra a correnteza”. Além dos obstáculos oriundos da escassez de referencial técnico, soma-se a ausência de recursos da Rede e do reconhecimento de suas funções por outros membros da equipe. Um outro dilema para os psicólogos nesse sentido, apontado por Rispoli, Viñas e Susin (2004 *apud*. CRUZ; GUARESCHI, 2016, p. 45), refere-se à dificuldade em atuar a partir de duas posições: considerando a lei jurídica, que visa a normatização das condutas, ou do lado da escuta, observando o ponto de vista da verdade do sujeito. A Psicologia que se compromete com intervenções que garantam direitos estabelecidos

por lei, por si, possibilita um avanço na integração da rede (GUARESCHI; CRUZ, 2016).

Possibilidades de intervenção

Bento (2010) destaca que o psicólogo deve se colocar como um mediador na interlocução da criança com o mundo, seja entre a instituição de acolhimento, família e/ou o Judiciário. A percepção da equipe pelos acolhidos e, conseqüentemente, a aceitação de possíveis intervenções também se relaciona com a forma como a equipe se posiciona. As intervenções na prática psi ocorrem não apenas na escuta clínica; ocorrem também no dia a dia, ao modificarem estruturas fixas de segregação e estigmatização e permitem a ressignificação dos acolhidos enquanto sujeitos:

“para a gente ver a rotina deles, a gente tem que estar participando da rotina de fato, então era o que eu gostava de fazer, eu ia lá, eu ia no quarto, brincava, ia penteava o cabelo de uma, porque é aí que ela me contava o que tinha acontecido, ‘a minha mãe penteava desse jeito’, ou ‘olha, minha mãe me bateu na cabeça penteando meu cabelo’. São coisas que talvez numa sessão, vamos dizer assim, ela não mealaria, e isso faz diferença depois para a gente poder entrevistar essa família, compreender a realidade dessa criança; ‘ah, pra que que o psicólogo vai na visita?’ Então, pra entender o olhar, como que era o espaço desta criança, qual era o papel dessa criança nessa casa e tudo mais, então era muito difícil fazer com que o outro compreendesse o que o psicólogo tá fazendo ali, porque muitas das vezes a maioria achava que era nada, né, que não estava fazendo nada.” (Jéssica)

“esses acompanhamentos, na maioria das vezes, eram individuais. Porque assim, nosso principal trabalho, nosso principal foco era tentar avaliar a conjuntura familiar daquela criança, tentar avaliar o que motivou o acolhimento e perceber se a criança poderia ser reintegrada à família ou se seria colocada, né, se seria uma indicação de família substituta” (Isabella)

As práticas em PSC diferenciam-se de outras práticas em comunidade devido a cinco características: Apresentam um compromisso com setores mais desfavorecidos da população e objetivam o fortalecimento da conscientização e participação nas relações cotidianas; o trabalho desenvolvido é guiado pelas necessidades apresentadas pela população, sendo os objetivos de intervenção psicossocial e ferramentas de ação constituídos posteriormente; a continuidade das práticas em comunidade é dependente dos grupos envolvidos; são empregadas práticas derivadas da Psicologia Social, histórica, crítica e em compromisso com a realidade vivida pela população; por fim, o trabalho é desenvolvido em equipe, de maneira coletiva, com a participação de diferentes áreas e de conhecimentos interdisciplinares que permitem uma visão de totalidade histórica sobre as questões enfrentadas no dia a dia da população (DOMINGUES; FRANCO, 2019).

No mais, as outras práticas relatadas pelas psicólogas incluíam atividades lúdicas e rodas de conversa com crianças e adolescentes, a fim de permitir a verbalização de suas emoções. Lane (2016) explicita que atividades comunitárias assinalam a importância do grupo como condição para o conhecimento da realidade comum, autorreflexão e para ação organizada e conjunta:

“eu ficava um pouco mais com essa parte de acompanhamento dos adolescentes, das crianças, uma coisa mais individual mesmo, de conversar de perceber as necessidades, mas, a gente tinha uma demanda muito grande. [...] Uma coisa que eu fazia mais em grupo era tentar reunir os adolescentes” (Isabella)

“Com as crianças era muito mesmo a pintura, né, desenho, e com os adolescentes eu mesma, eu tinha um baralho de bate papo, eram umas perguntas aleatórias e eles gostavam muito disso, eu botava eles numa mesa grande que a gente tinha lá e eles gostavam de fazer as mesmas perguntas uns para os outros sempre; eles gostavam muito disso, e isso ajudava

até eles a se soltarem, né, a conversarem, porque se fossem eles fazendo perguntas por eles mesmos eles não faziam.”(Jéssica)

Considerações finais

O objetivo central desta pesquisa foi investigar as práticas realizadas por psicólogos em Serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, além de identificar desafios e limites para a prática profissional, a fim de elucidar possibilidades de atuação para o psicólogo inserido no contexto institucional, sob a ótica da Psicologia Social Comunitária.

As diretrizes que se encontram nos Manuais de Orientações são, de fato, técnicas. Estabelecem o que se espera da equipe como um todo, não contemplando a especificidade do psicólogo. A partir disso, cabe a cada profissional identificar seu *quefazer*: quais são as demandas de seu campo de atuação e como pode exercer uma prática conscientizadora.

A pesquisa teve como proposta inicial a realização de entrevistas semiestruturadas com psicólogos de diversos municípios da Baixada Fluminense, inseridos na equipe técnica multidisciplinar das instituições de modalidade “Abrigo Institucional”. As instituições foram contatadas via telefone disponibilizado no Módulo Criança e Adolescente, do Ministério Público do Rio de Janeiro. Observando-se os protocolos de distanciamento social devido à recém-chegada pandemia do coronavírus, não foi realizada nenhuma visita às instituições listadas que contemplassem os critérios estabelecidos pela pesquisa.

A partir das informações obtidas nas entrevistas e do cruzamento de dados com outras pesquisas, como a de Silva *et al.* (2015) e de Scott, Oliveira e Siqueira (2017), pode-se delimitar que a atuação do psicólogo em instituições de acolhimento ocorre tanto dentro quanto fora da instituição, seja através da realização de funções mais burocráticas como o preenchimento de relatórios, participação em audiências e visitas técnicas ou de atendimentos individuais ou em grupos com indivíduos acolhidos, seus familiares e demais funcionários.

Os limites para atuação dos psicólogos no contexto institucional se apresentaram através da precariedade na articulação com outros serviços da rede de assistência, além de uma visão estereotipada do que deveria ser a atuação do psicólogo. Este, por vezes, acaba ficando refém da ausência de referências para suas práxis e dos poucos recursos disponíveis. A essência de sua prática se constitui, então, na busca por mudança social – suas intervenções junto aos acolhidos devem buscar a compreensão de seu histórico familiar e social e, acima de tudo, conscientizar-lhes sobre o lugar que ocupam na sociedade e fornecer ferramentas de controle sobre suas formas de organização.

Evidenciou-se também que a base curricular ofertada em alguns cursos de Psicologia pelo país não compreende com a mesma intensidade matérias voltadas para a atuação social da mesma forma que abarca as matérias voltadas para a atuação no âmbito privado. Essa defasagem na formação acadêmica desconecta os futuros profissionais da realidade na prática, e pode ser encarada como uma limitação para a sua atuação.

Referências

ANTONI, C.; KOLLER, S. H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. **Rev. Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 14-29, Mar. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.

BENTO, R. A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar. **Dissertação**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São, Paulo, SP, 2010.

BOARINI, M. B. A formação do psicólogo. **Rev. Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n.2, p. 443-444, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200027&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conselho Nacional de Assistência

Social (CNAS). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, 2009.

CAGNANI, L. J. R. P. Modalidades de intervenção do psicólogo em um serviço de acolhimento - Abrigo. (2015). 112 p. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – São Paulo, 2015.

CARVALHO, M. T. M.; SAMPAIO, J. R.. A formação do psicólogo e as áreas emergentes. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 14-19, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**. Brasília: CFP, 2012.

CORDEIRO, M. P. A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 166-183, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N.M.F. a constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: GUARESCHI, N.; CRUZ, L. R. (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

DIMENSTEIN, M. D. B. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Rev. Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 3, n. 1, p. 53-81, Junho de 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.

DOMINGUES, A.R.; FRANCO, E.M. Reflexões teóricas sobre sujeitos coletivos e experiências comunitárias. In: STELLA, C. (Org). **Psicologia Comunitária. Contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FERREIRA NETO, J. L. A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. **Rev. Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n.2, p.390-403, jun. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. 1. ed. eBook. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J. G. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Rev. Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27mar.2021.

MARTIN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Rev. Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, June 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jan. 2021.

OLIVEIRA, L. F. Reflexões sobre a Política de Abrigo e as Práticas de Acolhimento Institucional para Adolescentes no Município do Rio de Janeiro. 2005. 165f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, P. A. P. A Assistência Social Prevista na Constituição de 1988 e Operacionalizada Pela PNAS e pelo SUAS. **Rev. Ser Social**, n. 20, p. 63-83, jan/jun 2007. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/251. Acesso em: 08 out.2019.

PIZZI, B. P.; GONÇALVES, M. A. Reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a tarefa de transformação social na obra de Martín-Baró e na Psicologia Social Comunitária. **Rev. Teoría y Crítica de la Psicología**, n. 6, p. 162-195, 2015. Disponível em: <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/61>. Acesso em: 06 jan. 2021.

RIBEIRO, M. E.; GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. **Rev. Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 9(1), São João del-Rei, janeiro/junho 2014. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/837/651. Acesso em: 08 out. 2019.

RISPOLI, A.; VINÃS, A.C. & SUSIN, L.M. apud. CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N.M.F. a constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In GUARESCHI, N.; CRUZ, L. R. (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Rev. Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, Dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.

SCARPARO, H. B. K.; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social comunitária profissional. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, p. 100-108, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27mar.2021.

SCOTT, J. B.; OLIVEIRA, I. F.; SIQUEIRA, A. C. Acolhimento Institucional: descrevendo a prática do psicólogo e sua atuação. **Rev. Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 50, p. 263-279, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/11226>. Acesso em: 25 mar.2021.

SILVA, C. D. L. *et al.* A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Rev. Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei ,v. 10, n. 1, p. 55-65, jun.2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.

SILVA, L. B. O psicólogo em abrigo - uma compreensão fenomenológico-existencial. **Rev. Psico-existencial**, 2009. Disponível em: <http://www.psicoexistencial.com.br/o-psicologo-em-abrigo-uma-compreensao-fenomenologico-existencial/>. Acesso em: 08 out. 2019.

STELLA, C.; DOMINGUES, A. R. *In*:STELLA, C. (org.). **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Rev. Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-37, Apr.2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019.